

# O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 8076 | Salvador, quinta-feira, 14.01.2021

Presidente Augusto Vasconcelos



BANCO DO BRASIL

**Renda do brasileiro está cada vez mais encolhida**

Página 2

**Sem carteira assinada, só resta a informalidade**

Página 4

## Desmonte é um prejuízo à sociedade



MANOEL PORTO

A reestruturação do Banco do Brasil, além de atacar os trabalhadores, afeta também o atendimento à população, com fechamento de agências e redução de mão de obra. Para tratar do desmonte do BB, o SBBA realiza reunião, hoje, às 18h, com os funcionários e demais entidades. Página 3

População, sobretudo a mais idosa e carente, é a que mais vai sofrer com fechamento de agências bancárias



# Governo reduz ainda mais a renda

Reajuste do mínimo fica abaixo do custo de vida

ANA BEATRIZ LEAL  
imprensa@bancariosbahia.org.br

**OS RESULTADOS** da inflação em 2020 divulgados na terça-feira, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), confirmam que o governo Bolsonaro reduz ainda mais a renda do brasileiro, que já não dá para nada. O reajuste do salário mínimo ficou abaixo do custo de vida.

O governo "arredondou" para R\$ 1.100,00 o valor do piso nacional, em vigor desde o dia 1º de janeiro. Com isso, o reajuste sobre o mínimo de 2019 (R\$ 1.045,00) foi de 5,26%. No entanto, o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), usado como referência salarial, fechou 2020 com aumento de 5,45%.

A política de valorização do salário mínimo chegou a se tornar lei (Lei 12.382, de 25/02/11, e depois Lei 13.152, de 29/07/15), nos governos Lula e Dilma, mas foi abandonada por Bolsonaro.

A regra, que vigorou até 2019, estabelecia reajuste do piso pelo INPC do ano anterior. A título de aumento real, seria aplicado o equivalente ao crescimento do PIB de dois anos antes. Se o Produto Interno Bruto não crescesse, o mínimo seria corrigido somente pelo INPC. Essa política permitiu reajuste acumulado de 450% desde 2003, para uma inflação de cerca de 208%, com ganho real próximo de 80%. Uma realidade bem diferente da atual.



## Salário mínimo ideal está muito distante do real

**OS DADOS** mostram que a vida do trabalhador é difícil e ele se vira como pode. Em dezembro de 2020, para os brasileiros conseguirem arcar com os gastos mensais da família, o salário mínimo deveria ter sido de R\$ 5.304,90. O valor corresponde a 5,08 vezes o mínimo da época, de R\$ 1.045,00, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico).

No último mês do ano passado houve aumento dos preços dos alimentos essenciais entre as 17 capitais pesquisadas. Além da alimentação, o trabalhador ainda tem de usar o mínimo para outros custos, como moradia, saúde e transporte. A conta não fecha.



Aumento dos preços dos alimentos essenciais

## Diretoria da Feebbase reafirma compromisso com os bancários

**PARA** 2021, a Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe tem entre os projetos a formação dos dirigentes, os encontros da mulher e da juventude, retorno das visitas aos sindicatos da base, além de viabilizar a criação do instituto em defesa dos bancários e dos trabalhadores, com atuação especial em plano de saúde, crédito e consumo.

O plano para este ano foi divulgado na posse da diretoria plena da Feebbase para o quadriênio 2021/2025, ocorrida virtualmente na terça-feira. Reeleito para um segundo mandato, o presidente Hermelino Neto agradeceu à diretoria que encerra o mandato e deu boas vindas aos novos companheiros.

## Janeiro Branco: pacto pela saúde mental

**CRIADA** em 2014, a campanha Janeiro Branco tem o objetivo de conscientizar sobre a importância da prevenção ao adoecimento psicológico. Os psiquiatras alertam para a necessidade de cuidados com a saúde mental, principalmente por diversos problemas devido à pandemia do coronavírus.

Especialistas já constataram que a crise de saúde e o teletrabalho acabaram desencadeando uma série de vulnerabilidades como ansiedade, nervosismo ou tensão, perturbação de sono e uso abusi-

vo de álcool e medicamentos, principalmente entre os trabalhadores de serviços essenciais, como os bancários.

Segundo os dados da OMS (Organização Mundial de Saúde), o Brasil é o país com o maior número de pessoas ansiosas no mundo (9,3% da população) e 5,8% dos brasileiros sofrem de depressão. Com o governo Bolsonaro, programas de prevenção à saúde mental serão desabilitados, atingindo principalmente a população em situação de rua e pessoas com transtornos mentais.





SBBA segue na luta contra a reestruturação

# Reestruturação prejudica bancários

Reunião hoje trata sobre o desmonte

RENATA ANDRADE  
imprensa@bancariosbahia.org.br

**AO ANUNCIAR** a reestruturação, o Banco do Brasil tem causado apreensão a todo funcionalismo. Com o plano, um verdadeiro desmonte do governo Bolsonaro,

pretende fechar agências e locais de trabalho e ainda prevê a dispensa de 5 mil empregados até o início de fevereiro, através de PDV (Plano de Demissão Voluntária).

Assim como o Sindicato dos Bancários da Bahia, os demais sindicatos filiados à Federação dos Bancários da Bahia e

Sergipe realizam reunião virtual com os funcionários do BB, hoje, às 18h, através do Zoom, para discutir o tema. Com a reestruturação, os trabalhadores ficaram preocupados com o futuro da empresa e com a própria situação funcional.

O Banco do Brasil possui mais de 90 mil funcionários e a direção da estatal precisa informar quais serão os prejuízos relacionados às questões salariais ou trabalhistas, como fechamento de agências e PAs, e datas e instâncias em que aconteceram as deliberações. O BB é o patrimônio nacional e também está na mira privatista do governo Bolsonaro.

Além dos 5 mil funcionários a menos, o plano de reestruturação visa ainda fechar 112 agências, 242 postos de atendimento e sete escritórios, em um total de 361 unidades em todo o país. O Banco do Brasil é essencial instrumento de crédito para a agricultura, indústria, comércio e para as pessoas físicas. São mais de 73 milhões de contas espalhadas pelo país.

## No Caref do BB, vote em Débora Fonseca

**ACABA** hoje a eleição do Caref (Conselho de Administração) do Banco do Brasil. O Sindicato dos Bancários da Bahia apoia Débora Fonseca para representar os funcionários. A defesa do BB como instituição pública a serviço da sociedade é a principal plataforma da candidata.

Dentre as propostas de Débora Fonseca estão lutar contra a privatização do banco e a venda de suas subsidiárias, consolidar e ampliar a atuação do BB como banco da agricultura familiar, da agricultura empre-

sarial e do agronegócio e atuar para reverter o processo de enfraquecimento e redução da participação da empresa no mercado.

A candidata ainda defende a preservação de salários, benefícios, direitos e postos de trabalho e a igualdade de oportunidades para todos e por políticas afirmativas de equidade de gênero. Débora Fonseca pretende trabalhar pela Cassi e Previ para todos, com responsabilidade do banco e adesão dos funcionários dos bancos incorporados.



## BNB, essencial ao desenvolvimento da região Nordeste

**OS BANCOS** públicos são fundamentais para a população mais vulnerável, principalmente da região Nordeste. O BNB se destaca nos investimentos na economia nordestina e atendimento à sociedade. Somente em 2020, em meio à pandemia de Covid-19, foram investidos cerca de R\$ 40 bilhões.

Grande parte do investimento feito pela instituição financeira foi através da principal ferramenta da empresa, o FNE. Nos nove estados do Nordeste, mais a região norte de Minas Gerais e o Espírito Santo, o BNB utilizou R\$ 20,3 bilhões dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. Foram contratadas 475 mil operações.

Em 2019, foram investidos R\$ 41 bilhões, sendo cerca de R\$ 30 bilhões provenientes do FNE. Os dados demonstram a importância do BNB para o Nordeste e para os setores produtivos que dependem da ajuda do banco. Ainda reforça a necessidade da luta do movimento sindical contra a agenda privatista do governo Bolsonaro.



# A informalidade atinge o mundo

Problema se agrava ainda mais no Brasil

ALAN BARBOSA  
imprensa@bancariosbahia.org.br

**A PRECARIZAÇÃO** do emprego é uma realidade assustadora não só no Brasil, mas mundialmente. A informalidade cresceu, e muito, nos últimos anos. De acordo com dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho), somente em 2018 o mercado informal abarcava 2 bilhões de pessoas, o equivalente a 61,2% da população empregada em todo o mundo.

Organizações como o FMI (Fundo Monetário Internacional), OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e a própria OIT defendem que é preciso identificar esse contingente. Também é necessário criar um novo pacto social de proteção para barrar o fenômeno global que empurra pessoas a trabalharem por conta própria ou

sem nenhum vínculo formal.

No Brasil, as mudanças ocorreram após a reforma da Previdência e a flexibilização da legislação trabalhista. As alterações aconteceram quando empresas perceberam que estavam em ambiente de altíssima competição, precisavam de flexibilidade para movimentar os ganhos e a partir daí, financiaram o golpe de 2016, que culminou na eleição do governo Bolsonaro dois anos depois, totalmente voltado ao mercado e aos interesses de grandes empresários.

A saída, segundo os especialistas, seria aumentar a proteção para autônomos e informais usando instrumentos já existentes nas leis brasileiras. Uma possibilidade existente é ampliar a figura jurídica do MEI (Microempreendedor Individual), que faz um recolhimento simbólico de impostos (cerca de R\$ 57,00) e tem acesso a benefícios como aposentadoria, auxílio doença saúde e licença maternidade, sempre no valor de um salário mínimo.



Informais são mais de 60% no mundo. Falta emprego formal para o povo

## Baixa renda sem acesso à moradia

**O PROJETO** de lei Casa Verde e Amarela foi sancionado por Jair Bolsonaro. Sem cunho social, o novo programa habitacional do governo exclui as famílias mais vulneráveis e foi criado sem a participação dos movimentos populares urbanos, que possuem contribuição na luta por moradia popular e formatação de iniciativas destinadas à moradia digna.

O substituto do Minha Casa,

Minha Vida tem o objetivo de atender as famílias com renda mensal de R\$ 2 mil até R\$ 7 mil. O governo dialogou apenas com os setores empresariais da habitação e dos bancos. Vai ignorar o público da chamada Faixa 1 do programa habitacional e social lançado pelo governo Lula, que concedia subsídios de até 90% do valor do imóvel com parcelas fixas de R\$ 270,00, no máximo, para as famílias com renda até R\$ 1,8 mil.



Bolsonaro exclui a população de baixa renda, privando-a do direito à moradia



**SAQUE**

Rogaciano Medeiros

**SEM TROCADILHO** Ao comentar o fim das operações da Ford no Brasil, que afeta diretamente a Bahia, onde a indústria tem, ou melhor, tinha unidade em Camaçari, o governador Rui Costa disse que Bolsonaro só se importa com o agronegócio e está transformando o Brasil em uma “grande fazenda”. Sem trocadilho com o fato de os bolsonaristas serem chamados de “gado”.

**BOAS PROVAS** Por imposição do STF, desde segunda-feira que a PF, hoje majoritariamente dividida entre bolsonaristas e lavajatistas, entregou à defesa de Lula aquelas conversas imorais entre Moro e Dallagnol, reveladas pelo *Intercept*. Na prática, o reconhecimento de que o julgamento foi uma farsa. A notícia teve espaço praticamente zero na mídia comercial.

**E AGORA?** Ano passado, o ministro Gilmar Mendes, do STF, disse que só colocará a suspeição de Moro em julgamento em sessão presencial, após a pandemia. Bom, como o Brasil vive uma segunda onda da doença, tão ou mais devastadora do que a primeira, o processo vai continuar engavetado por muito tempo. Bolsonaro não existe e sobrevive por geração espontânea.

**DOIS PESOS** Dói muito ver Bolsonaro cometer tanto crime de responsabilidade e continuar impune. No capitalismo periférico, como é o caso do Brasil, a direita e a extrema direita fazem o que bem entendem e não dá nada. A lei e o Estado existem para servi-los. Dane-se o povo. É da natureza do sistema. Já com as forças populares, rigor total. Que o digam Lula e Dilma.

**NA GÊNESIS** Criminalização dos movimentos sociais, reprimidos como casos de polícia, excludente de ilicitude - licença para matar -, tentativa de transferência, dos estados para a União, do controle das policiais Civil e Militar. O ultraliberalismo precisa do Estado policial, do neofascismo, para tratar os pobres e os desempregados como indesejáveis, passíveis de eliminação.